

A PSICODELIA RECIFENSE COMO FORMA DE COMBATE AO REGIME MILITAR BRASILEIRO

RECIFE PSYCHODELIA AS A WAY OF FIGHTING THE BRAZILIAN MILITARY REGIME

Bruno Spizzirri Alves

Resumo:

O presente artigo busca a compreensão do movimento psicodélico em Recife (PE) como agente de resistência à ditadura militar instaurada em 1964. Sendo assim, o entendimento do movimento em suas pautas políticas, e escolhas estéticas é de suma importância. Entretanto, busca-se também a reflexão acerca do ambiente cultural estabelecido na capital de Pernambuco. Nessa lógica, é necessário examinar como a formação cultural de uma cidade fez frente a um regime de exclusão e perseguição sistemática. A psicodelia recifense não se tratava de uma cópia do movimento *hippie*, mas sim uma nova forma de resistência política e comportamental ao regime militar.

Palavras-chave: Psicodelia, Recife, Resistência, Cultura, Ditadura.

Abstract:

This article seeks to understand the psychedelic movement in Recife (PE) as an agent of resistance to the military dictatorship established in 1964. Therefore, understanding the movement in its political agendas and aesthetic choices is of utmost importance; however, it also seeks to reflect on the cultural environment established in the capital of Pernambuco. In this logic, it is necessary to examine how the cultural formation of a city faced a regime of exclusion and systematic persecution. Recife psychedelia was not a copy of the hippie movement, but rather a new form of political and behavioral resistance to the military regime.

Keywords: Psychedelia, Recife, Resistance, Culture, Dictatorship.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo busca compreender o movimento psicodélico surgido na cidade do Recife (PE), entre as décadas de 1960 e 1970, como um agente de resistência simbólica e cultural à ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964. Em meio a um cenário de crescente cerceamento das liberdades civis, censura às manifestações artísticas e repressão política sistemática, diversos setores da sociedade brasileira passaram a expressar sua insatisfação por meio de práticas culturais alternativas, que desafiavam as normas impostas pelo regime. Nesse contexto, o movimento psicodélico, com suas características estéticas inovadoras, seu vínculo com valores contraculturais e sua adesão à experimentação artística e comportamental, representou, em diversas regiões do país, uma forma indireta — mas profundamente significativa — de contestação ao autoritarismo.

A psicodelia recifense, diferentemente de uma simples reprodução do movimento hippie estadunidense ou europeu, constituiu-se como uma expressão genuinamente local, marcada por elementos culturais próprios da capital pernambucana, por influências da tradição artística regional e por um forte senso de identidade coletiva. Assim, compreender esse movimento implica não apenas analisar suas pautas políticas e escolhas estéticas, mas também investigar o ambiente cultural que o gestou. Trata-se, portanto, de um esforço analítico voltado à compreensão de como a formação cultural e histórica de uma cidade nordestina contribuiu para o surgimento de práticas culturais que, ao mesmo tempo em que refletiam o espírito transgressor da época, operavam como formas eficazes de resistência a um regime político excludente, autoritário e violento.

Diante dessa perspectiva, este trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: de que maneira o movimento psicodélico em Recife se configurou como forma de resistência política, cultural e simbólica à repressão institucional promovida pela ditadura militar brasileira? A partir desse questionamento, pretende-se identificar os mecanismos por meio dos quais tal movimento se expressou e resistiu, analisando as redes culturais, os sujeitos históricos envolvidos, bem como as linguagens artísticas utilizadas nesse processo.

O objetivo geral deste artigo é analisar as manifestações do movimento psicodélico no Recife como práticas de resistência cultural ao regime militar, situando-as dentro do contexto social, político e histórico da época. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) mapear os principais agentes, coletivos e espaços que compuseram a cena psicodélica recifense; (ii) identificar os elementos de crítica social e política presentes nas manifestações estéticas do movimento; e (iii) compreender como a especificidade cultural do Recife influenciou na conformação de uma contracultura local.

Do ponto de vista metodológico, o estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa histórica e análise documental. A investigação apoia-se em fontes primárias, como publicações da época (jornais, revistas, panfletos, letras de músicas), entrevistas com protagonistas do período e registros visuais, além de fontes secundárias provenientes da historiografia cultural, dos estudos sobre contracultura e dos trabalhos dedicados à análise do regime militar e suas relações com o campo cultural. A metodologia busca, assim, articular uma leitura crítica e interdisciplinar das fontes, privilegiando a perspectiva dos agentes culturais envolvidos e os significados atribuídos às suas práticas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, será apresentado um panorama histórico do período da ditadura militar no Brasil, com ênfase nas formas de repressão cultural e nos mecanismos de censura implementados pelo regime. Na segunda seção, abordaremos o contexto sociocultural do Recife durante os anos 1960 e 1970, buscando compreender as particularidades da cena artística local. A terceira seção será dedicada à análise das manifestações do movimento psicodélico recifense, destacando seus principais expoentes, suas linguagens artísticas e seu conteúdo político implícito ou explícito. Por fim, na quarta seção, será realizada uma reflexão sobre os desdobramentos e os legados desse movimento para a memória da resistência cultural no Brasil e para a construção de uma identidade artística marcada pela insubmissão.

1. A Ditadura Militar e a Repressão à Cultura no Brasil

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 instaurou no Brasil um regime autoritário que duraria 21 anos. A nova ordem política, sustentada por setores das

Forças Armadas, da elite econômica e parte da grande imprensa, promoveu a suspensão de direitos civis e políticos, o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos e a institucionalização da censura e da repressão sistemática. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o Estado brasileiro operou por meio de um aparato repressivo amplo, articulado por órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e os diversos Centros de Informações das Forças Armadas, promovendo perseguições, prisões arbitrárias, tortura e assassinato de opositores.

Nesse contexto, a cultura foi identificada como um dos principais campos de disputa ideológica. A arte, a música, o teatro, o cinema e a literatura tornaram-se instrumentos de crítica social e contestação política, desafiando as estruturas conservadoras do regime. Por essa razão, o governo militar instituiu um rigoroso sistema de censura prévia a espetáculos públicos, peças teatrais, programas de televisão, canções e publicações impressas. Além disso, artistas e intelectuais considerados "subversivos" passaram a ser vigiados, perseguidos e, em muitos casos, exilados.

A repressão à cultura não visava apenas controlar o conteúdo das obras artísticas, mas também cercear práticas sociais consideradas desviantes ou incompatíveis com o projeto moralizante e autoritário do regime. A juventude, com suas expressões de liberdade, experimentação e crítica, passou a ser alvo constante da vigilância do Estado. Movimentos culturais ligados à contracultura, como a Tropicália, o Cinema Novo, o teatro de resistência e as manifestações psicodélicas, foram duramente reprimidos, sobretudo por sua capacidade de mobilização simbólica e pela ruptura que propunham com os valores tradicionais.

Nesse ambiente de cerceamento sistemático, a produção cultural passou a desenvolver estratégias indiretas de contestação, recorrendo a metáforas, ambiguidade de sentido, ironia e hibridismo estético. A censura imposta pelo regime, paradoxalmente, contribuiu para o florescimento de uma arte politicamente sofisticada, que se valia da complexidade formal como forma de escapar à repressão.

No caso específico do Nordeste brasileiro, e particularmente da cidade do Recife, o impacto da ditadura sobre a cultura foi duplo: por um lado, houve o endurecimento das medidas repressivas; por outro, emergiram movimentos que souberam articular as tradições locais com uma sensibilidade contracultural global. A partir dessa fusão, consolidou-se um cenário artístico singular, no qual a psicodelia, o regionalismo e a contestação política coexistiam como formas de resistência. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar como, mesmo em meio à repressão, a cultura pôde assumir um papel ativo na crítica ao autoritarismo, criando brechas para a expressão de subjetividades insurgentes e para a afirmação de novos imaginários sociais.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a cidade do Recife vivenciou intensas transformações sociais, políticas e culturais, refletindo ao mesmo tempo os efeitos das mudanças nacionais e as particularidades de sua estrutura histórica e regional. Capital de Pernambuco e um dos principais centros urbanos do Nordeste brasileiro, Recife se consolidava como um polo de efervescência cultural, marcado pela convivência entre a tradição e a vanguarda, entre o popular e o erudito, entre o local e o global.

Apesar dos desafios impostos pela desigualdade social, pela concentração fundiária e pela fragilidade das instituições democráticas regionais, a cidade mantinha uma rica cena intelectual e artística, abrigando universidades, grupos de teatro, coletivos de arte, cineclubes, movimentos estudantis e veículos alternativos de imprensa. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por exemplo, desempenhou papel crucial na formação de uma geração de jovens críticos e engajados politicamente, muitos dos quais passaram a integrar ou a dialogar com movimentos culturais que buscavam subverter a lógica dominante e instaurar novas formas de expressão.

A juventude recifense, influenciada tanto pelas correntes internacionais da contracultura quanto pelos debates locais sobre identidade, cultura popular e resistência política, começou a experimentar novas linguagens artísticas que integravam elementos da música nordestina, do teatro de rua, do cinema marginal e da “estética psicodélica”. Essas manifestações, embora inspiradas em movimentos globais como o hippie e o psicodélico, foram adaptadas à realidade social e política

da cidade, assumindo um caráter de denúncia e enfrentamento simbólico à repressão.

Nesse cenário, surgem experiências culturais que mesclam o experimentalismo estético com a crítica social, como os espetáculos de vanguarda encenados por grupos teatrais locais, as revistas literárias de circulação alternativa e as apresentações musicais que mesclavam ritmos regionais com sonoridades psicodélicas e letras ambíguas ou provocativas. Além disso, diversos artistas, músicos e intelectuais passaram a integrar uma rede de resistência informal, utilizando espaços públicos, universidades e casas culturais como palcos para a expressão de ideias insurgentes.

Recife, portanto, se constitui, nesse período, como um espaço paradoxal: ao mesmo tempo em que sofre com o autoritarismo e a vigilância dos órgãos de repressão, também abriga práticas culturais inovadoras, que reinventam os modos de dizer e de agir politicamente. A cultura local, enraizada em tradições como o maracatu, o frevo, o caboclinho e o cordel, passa a dialogar com linguagens contemporâneas, criando uma síntese que dará base à emergência de uma psicodelia nordestina, profundamente crítica e original.

Dessa forma, o ambiente sociocultural recifense forneceu as condições materiais e simbólicas para o florescimento de um movimento artístico que, embora marginalizado institucionalmente, alcançou significativo impacto entre a juventude urbana e os círculos intelectuais da cidade. Esse contexto será fundamental para entender, na seção seguinte, como a psicodelia em Recife se consolidou como uma linguagem de resistência, marcada tanto pela experimentação estética quanto pelo posicionamento político diante da repressão imposta pela ditadura.

2. A Psicodelia Recifense como Forma de Resistência Cultural

A psicodelia recifense, que emergiu entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, representou um fenômeno cultural complexo, marcado pela interseção entre a estética experimental e o engajamento político indireto, em uma tentativa de criar espaços simbólicos de liberdade frente à repressão do regime militar. Embora fortemente influenciado pelas transformações da juventude global — como o movimento hippie, o rock psicodélico e as experiências com contracultura

nos Estados Unidos e Europa —, o movimento psicodélico em Recife se desenvolveu de maneira autônoma, dialogando diretamente com as raízes culturais locais e com a realidade sociopolítica do Brasil autoritário.

Diferentemente de uma mera apropriação estética de elementos estrangeiros, a psicodelia recifense buscou articular sonoridades, imagens e poéticas que refletiam a vivência nordestina, transgredindo as normas estabelecidas pelo conservadorismo militar por meio da fusão entre tradição e vanguarda. As manifestações desse movimento se deram principalmente na música, no teatro, nas artes visuais e em publicações alternativas, formando uma rede informal de resistência cultural que circulava à margem das grandes instituições e dos meios de comunicação oficiais.

No campo musical, nomes como Lula Côrtes, Zé Ramalho (em parceria com artistas pernambucanos), Alceu Valença, Lailson, entre outros, foram protagonistas de uma produção que desafiava os padrões estéticos e temáticos impostos pela censura. Álbuns como *Paêbirú: Caminho da Montanha do Sol* (1975), de Lula Côrtes e Zé Ramalho, tornaram-se marcos dessa psicodelia regional, combinando elementos do misticismo, da cultura popular nordestina e da experimentação sonora. A obra, impregnada de simbolismos e referências esotéricas, servia como crítica velada ao autoritarismo e como convite à expansão da consciência e da liberdade criativa. Figuras ativas da vida noturna em Recife, esses grupos desempenharam papel fundamental na crítica do regime ditatorial. O papel de grupos como Ave Sangria se tornou essencial para a formação de uma frente cultural nos teatros e bares da capital. Essa formação é importante para o entendimento do movimento, uma vez que se pretende analisar a cidade de Recife como um ambiente de resistência cívica-comportamental da população.

No teatro, grupos como o Teatro Popular do Nordeste (TPN) e o Teatro Hermilo Borba Filho também exploravam linguagens de resistência, unindo tradição oral, ritualidade e crítica social em suas encenações. Esses coletivos criaram um repertório cênico que dialogava com os dilemas vividos sob a repressão, e que se expressava por meio de metáforas e símbolos, evitando, assim, o enfrentamento direto com os mecanismos de censura. A psicodelia, nesse campo, se manifestava

tanto na forma quanto no conteúdo, por meio de narrativas fragmentadas, visualidades oníricas e pela ruptura com a linearidade dramática tradicional.

Além disso, a produção gráfica e literária também desempenhou papel relevante nesse movimento. Fanzines, revistas marginais, cartazes de shows e capas de discos se tornaram veículos de circulação de ideias e experimentações visuais que desafiavam o imaginário conservador. A utilização de cores vibrantes, formas distorcidas, colagens e imagens líricas indicava uma busca deliberada por ruptura estética e por uma linguagem que, ao mesmo tempo em que provocava, escapava à lógica binária do discurso político direto.

Cabe destacar ainda o papel dos espaços alternativos de sociabilidade na consolidação desse movimento. Casas de cultura, ateliês, universidades e praças públicas serviram como palcos para encontros, debates, performances e apresentações que, muitas vezes, se colocavam em oposição aos valores difundidos pela Doutrina de Segurança Nacional. Mesmo sob constante vigilância, esses espaços permitiram a construção de uma rede de solidariedade artística e de resistência afetiva que contribuiu para a manutenção da criatividade em tempos sombrios.

Dessa maneira, a psicodelia recifense se constituiu como uma forma de resistência simbólica que operava por meio da reconfiguração dos sentidos, da subversão estética e da criação de novas formas de existência. Mais do que uma resposta passiva à repressão, esse movimento cultural representou uma afirmação ativa de liberdade, de invenção e de crítica, ainda que mediada por linguagens indiretas e complexas. Sua força residia justamente na capacidade de mobilizar o sensível e o imaginário como ferramentas políticas, construindo brechas em um sistema marcado pela rigidez e pelo controle.

3. Impactos e Legados da Psicodelia Recifense na Cultura e na Memória da Resistência

O movimento psicodélico recifense, embora não tenha obtido ampla visibilidade nacional durante o seu período de maior efervescência, deixou marcas profundas na história cultural do Brasil, especialmente no que diz respeito às formas alternativas de resistência ao regime militar. Sua importância não reside apenas nas

obras produzidas ou nos artistas que o protagonizaram, mas na criação de uma sensibilidade crítica, de uma estética insurgente e de uma rede de afetos e significados que sobreviveram às estruturas autoritárias do período.

O legado desse movimento pode ser percebido em diversos níveis. No campo artístico, suas experiências de hibridização estética anteciparam tendências que seriam amplamente exploradas por gerações posteriores, como o Manguebeat nos anos 1990. A proposta do Manguebeat, liderada por Chico Science e Nação Zumbi, dialoga diretamente com a psicodelia recifense ao propor uma fusão entre tradição regional e experimentação global, entre ritmos populares e linguagens contemporâneas. Ainda que separados por quase duas décadas, os dois movimentos compartilham uma visão crítica da realidade social, uma postura de enfrentamento simbólico ao conservadorismo e uma abertura radical à diversidade estética.

No plano político-cultural, o movimento psicodélico recifense contribuiu para ampliar o entendimento das práticas de resistência durante a ditadura militar. Ao lado das formas mais diretas de oposição — como a militância partidária e os movimentos sociais organizados —, emergiram resistências "sutis", que se expressavam no plano simbólico, nas formas de vida, nos corpos dissidentes e nas estéticas desviantes. Essa concepção mais ampla de resistência, defendida por teóricos da cultura como Michel de Certeau e James Scott, ajuda a valorizar o papel de movimentos culturais como o da psicodelia na construção de espaços de liberdade em contextos de repressão.

Além disso, o movimento teve papel fundamental na valorização da cultura popular nordestina, não como objeto folclórico, mas como fonte viva de experimentação artística e de consciência crítica. Ao incorporar elementos do maracatu, do coco, da embolada e da literatura de cordel em suas criações, os artistas psicodélicos recifenses deslocaram os sentidos dessas expressões para além do regionalismo passivo, projetando-as em um horizonte de contestação e reinvenção. Essa operação simbólica contribuiu para a reconfiguração da identidade cultural do Nordeste, inserindo-a em um circuito de produção cultural que se afirmava contra o centralismo do eixo Rio-São Paulo.

No que se refere à memória da resistência, o resgate do movimento psicodélico em pesquisas acadêmicas, documentários, reedições de álbuns e projetos culturais contemporâneos tem desempenhado um papel importante na valorização de formas não hegemônicas de enfrentamento político. O reconhecimento da psicodelia como parte do repertório da luta contra a ditadura permite reconstituir a complexidade daquele período histórico, revelando que a resistência não se deu apenas nos grandes gestos heroicos, mas também nos modos de criar, imaginar e sonhar outros mundos possíveis.

Por fim, os impactos da psicodelia recifense ultrapassam os limites do tempo em que foi produzida. Sua influência persiste na cultura local, nas práticas artísticas experimentais, nos discursos que valorizam a multiplicidade cultural e na memória coletiva dos que viveram e resistiram ao autoritarismo. Ao recuperar e refletir sobre esse movimento, reafirma-se a potência da arte como instrumento de resistência e transformação, mesmo sob as condições mais adversas.

4. Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo analisar o movimento psicodélico recifense como uma forma de resistência cultural ao regime militar brasileiro, destacando sua originalidade estética, suas estratégias simbólicas de contestação e seu enraizamento no contexto sociocultural da cidade do Recife. A investigação partiu do entendimento de que, durante a ditadura instaurada em 1964, a repressão não se limitou ao campo político-institucional, mas também se estendeu ao universo da cultura, impondo limites severos à liberdade de expressão e de criação artística.

Nesse cenário, a psicodelia emergiu como uma linguagem capaz de tensionar as estruturas autoritárias por meio da arte, da experimentação e da imaginação. Longe de ser uma mera reprodução da contracultura estrangeira, o movimento psicodélico em Recife articulou elementos da tradição cultural nordestina com formas contemporâneas de expressão, criando um campo estético de resistência simbólica que escapava, em grande medida, aos mecanismos diretos de controle do Estado.

Ao longo do texto, discutiu-se o ambiente repressivo instaurado pelo regime, bem como o papel das instituições e dos agentes culturais locais na construção de

uma cena artística vibrante e crítica. Analisou-se ainda a produção musical, teatral e gráfica associada ao movimento psicodélico, evidenciando seu potencial subversivo e sua capacidade de afirmar novos modos de subjetivação e existência. Por fim, refletiu-se sobre os impactos e legados dessa experiência para a cultura local e para a memória das resistências culturais no Brasil.

Conclui-se, portanto, que o movimento psicodélico recifense constitui um importante objeto de estudo para compreender as múltiplas formas de enfrentamento ao autoritarismo no país. Sua trajetória evidencia que a resistência à ditadura não se deu apenas nas arenas políticas convencionais, mas também nos territórios simbólicos da cultura, da arte e da sensibilidade. Reconhecer esse movimento como parte do patrimônio cultural e da história da resistência brasileira é, ao mesmo tempo, um gesto de justiça histórica e uma afirmação da potência criativa diante da opressão.

Nesse sentido, o estudo contribui para ampliar os horizontes da pesquisa histórica e cultural sobre o período ditatorial, propondo uma leitura que valoriza as expressões locais e as práticas estéticas como formas legítimas de insurgência. Ao recuperar essa memória, reafirma-se o papel da cultura como espaço privilegiado de luta, reinvenção e liberdade.

5. Fontes:

AVE SANGRIA. *Ave Sangria* [álbum]. Recife: Rozenblit, 1974. 1 disco (LP), estéreo.

CÔRTEZ, Lula; RAMALHO, Zé. *Paêbirú: Caminho da Montanha do Sol* [álbum]. Recife: Rozenblit, 1975. 2 discos (LP), estéreo.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. *Da Lama ao Caos* [álbum]. São Paulo: Sony Music, 1994. 1 disco (CD), estéreo.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. *Afrociberdelia* [álbum]. São Paulo: Sony Music, 1996. 1 disco (CD), estéreo.

VALENÇA, Alceu; AZEVEDO, Geraldo. *Alceu Valença e Geraldo Azevedo* [álbum]. Rio de Janeiro: Copacabana, 1972 [lançamento comercial em 1974]. 1 disco (LP), estéreo

6. Bibliografia:

MEDEIROS, Rogério. *Valsa dos Cogumelos – A Psicodelia Recifense 1968/1981*. 1. ed. Recife: Valsa dos Cogumelos, 2022. 270 p

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 368 p. ISBN 978- 8572448260

NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e Contracultura*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023. 176 p. ISBN 978-6555412710